

1 **ATA 13° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**  
3 **SAÚDE**

4  
5 Aos vinte e quatro dias do mês junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em  
6 reunião virtual, realizou-se a décima terceira Sessão Ordinária do Conselho de  
7 Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande  
8 do Sul – IPE Saúde, sob a presidência do Sr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do  
9 Conselho de Administração do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld da  
10 Silva, secretária do respectivo Conselho. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada  
11 aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do  
12 Governo do Estado, titulares Thiago Dapper Gomes, Mauro Luciano Hauschild, Álvaro  
13 Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), e Maria  
14 Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos segurados titulares  
15 Katia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa  
16 Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto  
17 Andrezza (Cpers). Além disto, a reunião contou com a presença da técnica do IPE Saúde,  
18 Berenice Nogueira, do coordenador da Delegação da CAGE junto ao IPE Saúde, Francisco  
19 Peres da Silva, do técnico tributário da CAGE, Markus Barbosa Nogueira, da advogada e  
20 assessoria jurídica do Cpers, Daniela Heller, e da suplente Maria Cleni da Silva. **2)**  
21 **Aprovação de ata de reunião ordinária 10/06/2021.** O presidente do Conselho de  
22 Administração, João Ricardo, questionou os conselheiros presentes sobre a ata da  
23 reunião ordinária, ocorrida em 10 de junho de 2021, questionando se haveria alguma  
24 notificação sobre a mesma, não obtendo nenhuma retificação. Desta forma a ata foi  
25 aprovada em unanimidade. **3) Discussão e deliberação sobre a Prestação de Contas**  
26 **2020 e Análise Financeira e Operacional do IPE Saúde.** O conselheiro e relator do tema,  
27 Thiago Dapper, iniciou sua fala informando o conteúdo do relatório criado pela comissão

28 de estudos do tema, composta pelos conselheiros Thiago Dapper, Álvaro Panizza, Ives  
29 Agamenon e Marcia Elisa, relatando as abordagens tomadas para a criação do relatório,  
30 considerando a competência do colegiado e a data de implantação do Conselho de  
31 Administração, em outubro de 2020. Como pontos de melhorias, o relator citou que o  
32 estudo contempla sugestões como o destaque do modelo de gestão de  
33 acompanhamento das ações e projetos do IPE Saúde, por exemplo. A comissão de  
34 estudos do tema analisou as sinistralidades dos planos existentes no instituto, verificou  
35 que não houve muitas ações de comunicação que atendessem o público idoso e com  
36 dificuldades de acessar o atendimento virtual, e solicitou melhorias destes pontos além  
37 da busca do equilíbrio atuarial do plano principal ou da qualidade dos gastos na  
38 autarquia. Na parte de Provedimentos de Saúde, a comissão interna analisou que houve  
39 um número baixo de auditorias médicas, citou a falta dos dados de judicialização que não  
40 constam na prestação de contas do instituto e, desta forma, sugeriu que os mesmos  
41 constem nas próximas prestações de contas dos anos seguintes. Ainda sobre os gastos,  
42 Thiago Dapper afirmou que a comissão sugere, ainda, que o instituto reveja os gastos  
43 com tratamentos oncológicos a fim de melhorar a proporcionalidade dos gastos gerais.  
44 Da parte administrativa-financeira, o relator do tema citou algumas sugestões de  
45 melhorias na estruturação de contratação emergencial de servidores, trabalho remoto e  
46 execução orçamentária. Sobre as cobranças de paritárias, Thiago Dapper citou que a  
47 comissão sentiu falta das especificações destas dívidas como: quanto é devido, o que é  
48 devido, entre outros pontos, pois não há clareza nos valores que o instituto tem à receber  
49 de patronais e paritárias. Já na análise do balanço financeiro, a comissão de estudos  
50 avaliou o aumento significativo no caixa do IPE Saúde que se refere ao recebimento de  
51 paritárias, porém o relator cita que não há clareza nos valores devidos ao instituto destas  
52 contribuições, como citado anteriormente, e que faltaram notas explicativas que  
53 esclarecessem os dados apontados no balanço. A comissão de estudos também se  
54 manifestou em relação aos imóveis que ainda constam no nome do IPE Saúde e também

55 abordou uma necessidade de regulamentação deste ponto. Em resumo, a comissão de  
56 estudos sugeriu melhorias no Balanço Financeiro com o aprimoramento nas notas  
57 explicativas, melhor saneamento na análise de dados, cobrança efetiva dos valores que  
58 o IPE Saúde tem de receber dos poderes do Estado e regulamentar a situação dos imóveis  
59 com o poder executivo. Após as abordagens sobre o relatório, o conselheiro Thiago  
60 Dapper antecipou seu voto favorável à resolução e recomendou a aprovação da pauta  
61 pelos conselheiros considerando que a diretoria executiva do instituto se comprometa  
62 com as melhorias apontadas pela comissão de estudos no relatório apresentado a partir  
63 das próximas prestações de contas. Na sequência, o conselheiro Álvaro Panizza  
64 manifestou-se parabenizando o relator do tema, Thiago Dapper, pelo trabalho excelente  
65 realizado em tão pouco tempo hábil de análise e apresentou seu voto favorável  
66 reiterando as posições abordadas pela comissão de estudos da pauta e sugestões de  
67 melhorias que constam no referido relatório. Vera Lêsses, por sua vez, manifestou-se  
68 registrando seu voto favorável à Prestação de Contas e Balanço Financeiro do IPE Saúde  
69 com a ressalva sobre sua discordância referente a revisão de alíquota, nova modelagem  
70 de contribuição ou melhoria da qualidade de gastos da autarquia, citando os salários  
71 congelados dos professores do Estado e afirmando que não deseja que sejam majoradas  
72 as contribuições desta categoria sem que haja a devida reposição salarial, pelo menos da  
73 inflação, em seus contracheques. Na mesma linha, a conselheira Marcia Elisa concordou  
74 com a fala da colega Vera, salientando que a Fessergs também não concorda com a  
75 revisão das alíquotas sem que os salários das categorias sejam devidamente  
76 aumentados. Katia Terraciano também manifestou-se parabenizando a relatoria do  
77 tema, abordando a satisfação em ter lido o relatório e verificar que no mesmo constavam  
78 as explicações de forma clara e simples ao entendimento de todos e manifestando seu  
79 voto favorável à pauta. O conselheiro Mauro Hauschild também registrou seu voto  
80 favorável ao balanço financeiro do instituto e, previamente, à resolução do PAMERP  
81 justificando a necessidade de sair da reunião com antecedência por compromissos

82 pessoais. Antônio de Pádua também manifestou-se afirmando que diversos problemas  
83 levantados em relatório pelo relator Thiago Dapper são problemas estruturais que o IPE  
84 Saúde vem enfrentando durante anos e voltou a debater sobre as soluções emergenciais  
85 de melhorias nos gastos do instituto justificando algumas ponderações, na sequência  
86 votando favorável à pauta. Já o conselheiro Antônio Andrezza destacou novamente a  
87 urgência da comunicação do IPE Saúde com os segurados, reiterando as melhorias  
88 apontadas em relatório, e também votou favorável à resolução. A conselheira Maria  
89 Cristina, por sua vez, manifestou-se na mesma posição do restante dos conselheiros e  
90 manifestou seu voto favorável à pauta, afirmando sobre a necessidade de adoção das  
91 melhorias abordadas pela comissão de estudos em relatório. Na sequência, o presidente  
92 João Ricardo também registrou seu voto favorável e reiterou sobre a clareza do  
93 documento e da excelência da construção do relatório pela comissão de estudos da  
94 pauta. Ainda em sua fala, esclareceu também que toda a possibilidade de revisão das  
95 alíquotas deve ser analisada considerando a base salarial dos servidores. Após as  
96 manifestações dos conselheiros, o coordenador da Delegação da CAGE, Francisco Peres,  
97 iniciou sua fala explicando as funções da delegação da CAGE para com o IPE Saúde e deu  
98 sugestões para a área das despesas do instituto a fim de controlar os gastos do IPE Saúde.  
99 Francisco citou ainda que as principais dificuldades do IPE Saúde não são as faltas de  
100 arrecadações, mas as despesas desenfreadas que o instituto tem assumido  
101 constantemente. O coordenador Francisco Peres informou sobre a minuta construída  
102 pela CAGE de análise e controle da gestão do IPE Saúde e deu ênfase, nesta reunião,  
103 principalmente sobre os imóveis que constam no nome da autarquia e no aumento  
104 significativo no caixa do instituto. O presidente do Conselho sugeriu pautar a minuta  
105 completa construída pela CAGE na próxima reunião de Conselho de Administração, que  
106 ocorrerá no dia 08 de julho. Os conselheiros concordaram em unanimidade com a  
107 sugestão do presidente e ficou definido o encaminhamento prévio da minuta para  
108 conhecimento dos conselheiros. Francisco Peres continuou sua fala explicando que sobre

109 os imóveis, a arrecadação obtida com os vendidos foi de cerca de R\$ 25 milhões e sobre  
110 os imóveis reavaliados, calcula-se um crédito de cerca de R\$ 59 milhões. Peres sugeriu  
111 que o IPE Saúde assuma a responsabilidade do controle destes imóveis, pois, atualmente,  
112 os mesmos estão na responsabilidade da SPGG. Quanto a questão do fluxo no patrimônio  
113 líquido, Francisco Peres esclareceu a origem do valor acrescido apresentando as tabelas  
114 com os itens de acréscimos nas receitas e principais contas que deram origem ao  
115 acréscimo. Por fim, o relatório da Prestação de Contas e Análise Financeira e Operacional  
116 do IPE Saúde do ano de 2020 foi declarado aprovado em unanimidade pelos  
117 conselheiros, considerando as sugestões de melhorias apresentadas em relatório pela  
118 comissão interna do tema. **4) Discussão e Deliberação sobre o Plano de Assistência**  
119 **Médica das Entidades de Registro e Fiscalização Profissional - PAMERP.** O presidente  
120 do Conselho de Administração, João Ricardo, iniciou as falas lembrando os  
121 conselheiros que anteciparam voto favorável a resolução do PAMERP, que foram: Vera  
122 Lêsses, Ives Agamenon, Katia Terraciano, Antônio Andrezza, Mauro Hauschild,  
123 Lindoberto Pontes, Thiago Dapper e Álvaro Panizza. Na sequência, o conselheiro Antônio  
124 de Pádua, que pediu vistas ao processo, leu seu relatório completo apontando as  
125 diligências a serem realizadas. Após a leitura, o presidente do Conselho deu a  
126 oportunidade dos conselheiros se manifestarem sobre seus votos novamente. Desta  
127 forma, a conselheira e relatora do tema, Maria Cristina, iniciou sua manifestação  
128 esclarecendo alguns pontos destacados no relatório do conselheiro Antônio de Pádua  
129 defendendo a não aprovação das diligências e sua posição favorável a implementação do  
130 PAMERP devido a urgência de sua contribuição ao plano principal. Além disto, Maria  
131 Cristina salientou que cabe ao Conselho de Administração regulamentar o PAMERP de  
132 sorte que à Diretoria Executiva do IPE-SAÚDE promova sua adequada gestão, de acordo  
133 com a Resolução, que deverá ser fiscalizada pelo Conselho. Na sequência, o conselheiro  
134 Thiago Dapper também se manifestou defendendo sua posição favorável à implantação  
135 do PAMERP e reiterando alguns pontos destacados no relatório da conselheira Maria

136 Cristina e pela não aprovação das diligências destacadas pelo conselheiro Antônio de  
137 Pádua. A conselheira Katia Terraciano, por sua vez, manifestou-se afirmando que todas  
138 as diligências levantadas pelo conselheiro Antônio de Pádua foram previamente  
139 discutidas durante as reuniões de conselho e concorda que a comissão de estudos do  
140 PAMERP deve ser mantida efetivamente permanentemente para fiscalizar o plano, pois  
141 este é o papel principal do Conselho de Administração para com esta pauta. Na  
142 sequência, Antônio de Pádua afirmou que não é contra a implementação do PAMERP,  
143 pois é uma prerrogativa prevista em Lei Estadual, porém salienta que o Conselho deve  
144 fiscalizar todos os impasses que possam surgir e é justamente por conta disto que  
145 levantou as diligências apresentadas anteriormente. Após os debates, o pedido de  
146 diligências levantado pelo conselheiro Antônio de Pádua foi rejeitado pela maioria. A  
147 resolução do PAMERP foi aprovada por unanimidade, sendo consideradas as diligências  
148 pelos conselheiros Antônio de Pádua e Marcia Elisa, que votou na mesma linha do  
149 conselheiro Pádua, e os apontamentos do relatório da conselheira Maria Cristina pelo  
150 restante dos conselheiros - todos mantendo a prerrogativa de constante fiscalização do  
151 plano pelo colegiado. Desta forma, a conselheira Maria Cristina solicitou que a primeira  
152 proposta de contrato para com as entidades de classe seja apresentada ao Conselho de  
153 Administração contemplando a apresentação do contrato e dos cálculos realizados para  
154 a entidade em questão a fim de ter efetiva fiscalização pelo Conselho de Administração.  
155 A proposta abordada pela conselheira Maria Cristina também foi aprovada por  
156 unanimidade. **6) Discussão sobre implementação de Ouvidoria no IPE Saúde.** O  
157 presidente do Conselho, João Ricardo, informou a falta de tempo hábil para discutir o  
158 tema em questão, porém sugeriu que fosse criada uma comissão interna para estudar os  
159 modelos de ouvidorias existentes para elaborar uma proposta de ouvidoria mais  
160 adequada as demandas do IPE Saúde. Ficou composta a comissão interna pelos seguintes  
161 conselheiros: Katia Terraciano, Maria Cristina, Ives Agamenon e Thiago Dapper. Para a  
162 próxima reunião de Conselho de Administração, que ocorrerá dia 08 de julho, ficou

163 definido a elaboração de um prazo de apresentação de proposta e discussões gerais  
164 sobre o tema. A partir disto, o conselheiro Antônio de Pádua sugeriu que fosse chamado  
165 o Diretor de Relacionamento com o Segurado do IPE Saúde, Paulo Gnoatto, para auxiliar  
166 o colegiado nas carências que o IPE Saúde tem na área de atendimento ao segurado. **8)**  
167 **Assuntos de Ordem Geral.** Não houve assuntos a serem deliberados. **9) Definição de**  
168 **pauta para a próxima sessão.** Para a próxima reunião ordinária do Conselho de  
169 Administração que ocorrerá no dia 08 de julho de 2021, ficaram pautados os seguintes  
170 temas: Discussão sobre minuta construída pela CAGE e Discussão sobre Implementação  
171 de Ouvidoria no IPE Saúde. **10) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por  
172 encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai elaborada,  
173 revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld da Silva, secretária do Conselho de  
174 Administração, e pelo presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos  
175 Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos  
176 Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por  
177 escrito, se assim o desejarem.

178

179

**Reunião Virtual, 24 de junho de 2021.**

180

181

**João Ricardo dos Santos Costa**

182

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

183

184

**Thuane Liesenfeld da Silva**

185

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde